

Participação – um ponto de equilíbrio na balança social brasileira

Rosana Soares Campos*

* Jornalista e mestre em Ciência Política. Professora de Comunicação Comunitária da Faculdade Cambury e professora convidada de Política Clássica, Moderna e Contemporânea da Universidade Católica de Goiás.

Introdução

Pesquisas em países da América Latina, que vivem o processo de redemocratização como o Brasil, demonstram que o cidadão latino-americano distanciou-se da esfera pública, nutre uma desconfiança e insegurança com relação às instituições políticas e apresenta uma maior individualização em detrimento de orientações coletivas (Kliksberg, 2000; Lechner, 2000; Baquero 2001). Um cenário que sugere ser uma resposta à democracia contemporânea, por estar sendo incapaz de diminuir os níveis de pobreza e exclusão social. Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil /2003, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), constataram que de 1975 a 2001 o aumento da renda *per capita* anual do brasileiro foi em média 0,8%, ficando abaixo da média mundial, que é de 1,2%, e dos países ricos (2,1%). O relatório também confirmou um grande legado de desigualdade

econômico-social apontando que os 10% de domicílios mais ricos tem uma renda 70 vezes maior do que a dos 10% de domicílios mais pobres. Dados do IBGE/2003 constataam que há mais de 24 milhões de brasileiros sem as mínimas condições de moradia e a taxa de desemprego no país é de 12,9% (IBGE, outubro de 2003). Estes dados, confrontados com a pesquisa do Latinobarômetro (2003), na qual apenas 35% dos brasileiros pesquisados afirmaram apoiar a democracia e 28% estavam satisfeitos com esta forma de governo, sugerem que há uma relação, mesmo que indireta, entre exclusão social e crença na democracia. Quanto maior a exclusão menor o apoio à democracia.

Através de um estudo histórico-descritivo sobre a Rádio Favela/Belo Horizonte e Rádio Popular de São Pedro/Espírito Santo pretende-se verificar se a participação é uma estratégia imprescindível na abordagem de problemas sociais, se determinou mudanças e melhorias na vida de muita gente, através da mobilização, reivindicação, sugestão, denúncia. Este estudo também pretende averiguar se a participação é um mecanismo que pode reverter o quadro de desconfiança, individualidade, exclusão social e, conseqüentemente, influir em decisões que possam levar a práticas mais democráticas, igualitárias e inclusivas numa sociedade

A participação, neste trabalho, foi observada a partir do conceito de capital social, apresentado sob diversos pontos de vista na literatura sobre o tema (Robert Putnam, 1996; Sirianni e Lewis, 1998; Abu-el-haj, 1999; Baquero, 2001 Bourdieu e James Coleman, citados por Bandeira, 2003; Martinho, 2003). A teoria do capital social sustenta-se na argumentação de que a participação em associações voluntárias gera cooperação e confiança, normas fundamentais para inclusão social e, conseqüentemente, a possibilidade de um espaço de convivência mais democrático.

A teoria como alicerce para compreender a participação

A participação tornou-se um dos questionamentos centrais para se compreender o comportamento dos cidadãos, suas decisões e implicações no ambiente em que vivem. Muitos autores (Putnam,

1996; Peruzzo, 1998; Kliksberg, 2000; Cavarozzi, 2000; Navarro, 2000; Baquero, 2001) compartilham da idéia de que através da participação, cooperação, associação é possível obter resultados mais democráticos no âmbito político, social ou econômico.

Kliksberg (2000) aponta seis teses não convencionais sobre a participação na América Latina, observando sua legitimidade, alcance e resistências por parte de alguns setores da sociedade política e civil. Na primeira tese o autor procura demonstrar que a participação dá resultados caso os projetos tenham um nível de efetividade alto. Na segunda tese discorre sobre as vantagens comparativas da participação com relação à coerência entre as metas de eficiência, equidade e sustentabilidade quando é a comunidade quem detecta suas necessidades. Na terceira tese, o autor mostra que a participação é o núcleo central para se obter eficiência nas organizações. Mas se a participação tem vantagens, como se explica seu limitado alcance na América Latina? O autor argumenta, na quarta tese, que a participação enfrenta fortes resistências e interesses como o reducionismo economicista, o predomínio da cultura organizativa formal, a tendência à manipulação da comunidade e o poder. Por isso é que Kliksberg vai defender em sua quinta tese a criação de políticas e estratégias orgânicas e ativas para fazer avançar a participação. Por fim, ele conclui que a participação está na natureza do ser humano, no sentido em que eleva a dignidade do homem, abre possibilidade de desenvolvimento e realização (Kliksberg, 2000: 193). Baquero (2001) também observa uma relação entre participação e sociedades mais democráticas.

“Existe intersubjetividade a respeito de que os ganhos para um sistema político são sempre elevados em sociedades que estimulam e possibilitam a ingerência dos cidadãos na determinação do seu destino. A utilidade da participação cívica sempre foi considerada fundamental no processo de construção de uma nação.”

A participação, neste contexto, também pode ser observada a partir do conceito de capital social. Robert Putnam (1996) caracteriza capital social como redes de interação, confiança, cooperação para

o benefício mútuo e, conseqüentemente, fornecendo suporte às normas democráticas. Em estudo, Putnam constatou que em regiões da Itália, como o centro e o norte do país, onde existia uma maior participação das pessoas em associações caracterizadas por padrões horizontais de relações sociais havia um desempenho institucional melhor.

Pierre Bourdieu (citado por Bandeira, 2003) define capital social como um conjunto de recursos que potencializam os indivíduos a obter resultados por meio de conexões sociais, baseadas na vida cotidiana. O autor parte do pressuposto de que o capital econômico é que determina outros tipos de capital, e vê o capital social como uma ferramenta ou recurso para a aquisição de outras formas de capital.

James Coleman (*idem*) trabalha com o conceito de capital social sob uma perspectiva mais individualizada, apontando a capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais baseada em expectativas de reciprocidade e comportamento confiáveis, que, no conjunto, melhoram a eficiência individual. No plano coletivo, o autor argumenta que o capital social ajudaria a manter uma coesão social através da obediência às normas e as leis. Já Sirianni e Lewis (1998) partem do pressuposto de “confiança social”, estabelecida através de redes de engajamento cívico, para explicar capital social. Para estes autores, a confiança social, adquirida na convivência em redes, gera vários aspectos positivos como: facilita a comunicação entre as pessoas, estabelece vínculos que possam inibir atitudes egoístas, permite a cooperação para o benefício mútuo.

Essas redes podem ser caracterizadas de duas formas. Quanto maior sua flexibilidade, democracia, dinamismo e descentralização na tomada de decisões, melhor a relação entre os membros, estabelecendo um padrão horizontal. Em contrapartida ao padrão vertical de redes, que prima pela centralização do poder e hierarquização (Martinho, 2003:1).

Nesta mesma direção, Abu-el-haj (1999) também defende que o associativismo horizontal, fruto de confiança, normas e redes de solidariedade, produz relações mais eficazes; ao contrário do

associativismo vertical, marcado pela desconfiança, isolamento e insatisfação, que inibe ações coletivas.

A teoria do capital social sustenta-se na argumentação de que a participação em associações voluntárias gera cooperação e confiança, normas fundamentais para a participação política. Dessa forma, sugere que a baixa participação pode ser explicada através de redes sociais frágeis. Com isso, conforme a teoria, os sistemas de participação cívicas são importantes para a geração de capital social. E quanto mais desenvolvidos maior é a possibilidade de se ter cidadãos cooperando em benefício mútuo.

Neste sentido, Fukuyama (citado por Garcia, 2000) ressalta a confiança como um componente básico para o desenvolvimento de relações sociais e econômicas.

“Estabelecendo o comportamento de padrão, o grupo, ou a sociedade, passa a esperar e a confiar que os outros irão se comportar de forma confiável e honesta, ou seja, tem início um processo de confiança mútua e recíproca, no qual a confiança e o respeito aos valores estabelecidos e às instituições representados funcionam como um verdadeiro lubrificante da relações econômicas e sociais”

Confiança e solidariedade são variáveis importantes para se verificar o capital social de um indivíduo ou comunidade. Os comportamentos mais céticos, apáticos, distantes da vida social, observados em pesquisas através do baixo grau dessas variáveis, evidenciam sua relação com os baixos índices de participação.

Kliksberg (2000) argumenta que a confiança gera um sentimento de pertencimento, estimula a participação. E a desconfiança, em contrapartida, leva a um sentimento de descompromisso e distanciamento.

Participação – mecanismo de inclusão social

Os teóricos argumentam a importância das redes de confiança, que se formam através da participação, para o desenvolvimento de relações sociais e econômicas. A seguir serão apresentados dois exem-

plos de participação em uma rede de comunicação, demonstrando que onde a comunidade se engaja estabelece-se uma rede forte de confiança e empoderamento da própria comunidade. E caso contrário, todo o processo fragiliza-se e caminha em direção a interesses individualistas, bem característico da contemporaneidade.

Rádio Favela / Belo Horizonte – Minas Gerais

A Rádio Favela FM foi criada em 1981 por um grupo de 50 jovens da Favela Nossa Senhora de Fátima, pertencente a um complexo de 11 vilas do aglomerado urbano Serra do Curral, em Belo Horizonte/Minas Gerais. O objetivo era ser o porta-voz da população carente do local, que vive em condições precárias, - “A voz do morro”.

A Rádio Favela, que a partir de 2000, funciona como rádio educativa, depois de ser fechada por 5 vezes pela Polícia Federal, tem a proposta de relatar o cotidiano do morro e do favelado, denunciando problemas e procurando realizar um trabalho de informação sobre direitos e cidadania. O discurso é calcado na valorização da favela e das pessoas que lá vivem, através da fala, símbolos, gírias.

Os programas são produzidos pelos próprios moradores (cerca de 80 moradores são responsáveis pelo funcionamento da Rádio), atendendo seus interesses e necessidades. A Rádio divulga campanhas antidrogas e pró-estudos e possibilita ações integradas para melhorar a qualidade de vida dos moradores. Conscientiza a população quanto aos seus direitos, denuncia a postura abusiva da polícia no morro e a omissão do poder público, organiza os moradores para lutar por melhorias nas áreas de saúde, infra-estrutura, saneamento, etc. Além disso, valoriza as expressões artísticas do morro e serve como um veículo de utilidade pública.

A luta pela cidadania é sempre apresentada como sendo fundamental para que os habitantes da favela tenham direitos como os da cidade, não se tratando de transformar a favela em cidade, mas de manter a comunidade unida para garantir os direitos a uma condição de vida mais digna. Neste sentido, em “suas falas”, os moradores reforçam a dicotomia entre cidade/asfalto/lá embaixo e favela/morro/ no alto, observando que na favela é a comunidade quem

manda, criando um sentimento de pertencimento ao local, através da convivência, troca de experiências, mesmas necessidades e construindo, dessa forma, uma identidade coletiva.

A Rádio Favela procura criar nos seus ouvintes o orgulho de ser favelado e em seus programas conclama sempre a população a uma revolução dos pobres e dos negros marginalizados. Os moradores vêem a Rádio como um instrumento de pressão frente ao governo local e como um espaço de resolução de seus problemas.

A Rádio Favela FM ultrapassou os 160 mil ouvintes do aglomerado Serra do Curral e atualmente é a terceira rádio em audiência na grande Belo Horizonte, conquistando ouvintes do chamado “espaço da cidade”. Já foi condecorada duas vezes pela ONU e foi considerada pelo sindicato dos jornalistas da Alemanha com o uma experiência de revolução na mídia do Terceiro Mundo. Tamaña visibilidade causou mudanças no *slogan*, que antes era “Falando do Morro para o Morro” para “Dos Barracos para o Mundo”.

É o tipo de experiência que foi sendo construída pelos próprios moradores, sem a interferência externa. Tudo foi planejado e executado por pessoas da comunidade, transformando indivíduos em sujeitos da ação. A credibilidade da Rádio Favela dentro da comunidade vem da percepção de que ali é um espaço compartilhado por todos.

Rádio Popular de São Pedro / Vitória – Espírito Santo

A Rádio Popular de São Pedro foi uma iniciativa dos líderes de moradores da grande São Pedro, na periferia de Vitória/ES, e de simpatizantes (jornalistas e professores da UFES) da causa popular por melhores condições de vida. O conglomerado de bairros que forma a grande São Pedro surgiu em 1977 a partir de uma ocupação de poucas pessoas em área de mangue, que logo se expandiu devido à carência de moradias e o baixo nível de renda.

O aumento do contingente populacional requeria um instrumento para organizar melhor o povo e conscientizar a população local da necessidade de se unir para conquistar seus direitos. Em 2 de agosto de 1986, a Rádio Popular de São Pedro, através de um sistema de alto-falantes, foi ao ar pela primeira vez com o compromisso de informar os moradores do conglomerado sobre os acontecimen-

tos do bairro, debater os problemas, apresentar soluções. A Rádio tinha uma proposta democrática envolvendo a participação de toda a comunidade. Havia liberdade de ação para todos os participantes e a Rádio servia como um instrumento de mobilização e de serviço de utilidade pública para mais de 5 mil pessoas, sendo, conseqüentemente, reconhecida pelo público local. A programação era composta de reportagens feitas pelos moradores-participantes, comentários, avisos, músicas, dicas de preços, etc.

Mas como rádio popular, teve curta duração (1986 a 1989). A participação da comunidade local foi diminuindo. O desinteresse, a falta de motivação, a percepção por parte da população de que a rádio estava servindo mais como instrumento de comunicação para um determinado grupo local, intrigas internas, divergências políticas, problemas financeiros foram fatores que desencadearam o esvaziamento do real objetivo da Rádio Popular de São Pedro. Ainda funcionou até 1994, porém de forma precária, com interesses específicos do grupo que a coordenava e a participação da comunidade se restringindo a pedidos de música.

Considerações Finais

Pode-se verificar, através destas duas experiências de participação comunitária em bairros periféricos de capitais brasileiras, a importância do engajamento da comunidade para seu próprio fortalecimento.

Na Rádio Favela/BH, onde há um nível de efetividade alto, onde a própria comunidade é sujeito da construção, detectando suas necessidades e se mobilizando para resolvê-las, estabelece-se uma rede de confiança. O processo foi pensado e realizado pela comunidade, sem interferência externa, o que cria um sentimento de pertencimento, de espaço compartilhado, onde todos podem participar, elevando assim a dignidade do homem. (Kliksberg, 2000). A permanência da rádio no ar, depois de cinco fechamentos, demonstra o espírito de resistência e união da comunidade, para “não se fazer calar” diante das pressões policiais e comerciais; já que a rádio ameaça a audiência das emissoras comerciais.

O que pode perceber também na Rádio Favela é a potencialização do indivíduo (Bourdieu, citado por Bandeira/2003) a obter recursos por meio de conexões sociais, baseadas em normas de reciprocidades.

As pessoas passaram a ter consciência de sua força e da importância da união da comunidade para melhorar suas condições de vida. Não se espera do poder público o benefício. Como grupo de pressão, a população da favela vai buscar esse direito. Esta atitude só foi possível depois que se propagou a idéia de valorização da favela, o respeito àquele espaço e o sentimento de cidadania em cada um.

Esta confiança social gerou aspectos positivos que inibiram atitudes egoístas e permitiram a cooperação (Siriani e Lewis, 1998). Um bom exemplo disso foi a atitude dos moradores de Nossa Senhora de Fátima em querer proteger os equipamentos da Rádio, quando a Polícia Federal, por muitas vezes, foi apreender o material.

O associativismo horizontal (Abu-el-haj, 1999) permitiu o desenvolvimento de campanhas e projetos que contemplam as necessidades da comunidade. A Rádio Favela mantém um projeto de reforço escolar para 70 crianças, com o objetivo de estimular o estudo e distanciá-las das drogas, um problema que a comunidade enfrenta diariamente.

Em um país onde apenas um terço da população se diz satisfeita com o funcionamento da democracia e apenas 4% confiam na maioria das pessoas, estabelecendo uma confiança interpessoal (Latinobarômetro, 2003), a experiência da Rádio Favela é uma demonstração de que ainda é possível estabelecer relações para ajuda mútua, criando vínculos de confiança em um ambiente de verdadeira democracia participativa. A Rádio Favela conseguiu conquistar o respeito da ‘população do asfalto’, criando uma imagem de que ali dentro tem gente trabalhadora, honesta, com força de vontade para crescer na vida, com uma identidade própria. Mas este respeito e reconhecimento só foram conquistados a partir da percepção de que a Rádio significava não apenas um veículo de comunicação da favela, mas um aglutinador de demandas e foco de resistência de uma comunidade, que estabeleceu elos de confiança entre si.

Já a experiência da Rádio Popular de São Pedro evidencia a correlação entre a baixa participação da comunidade local e a sustentação de uma rede de cooperação frágil, através da rádio, que se esfacelou com o tempo.

Os interesses pessoais dos líderes da comunidade afastaram as pessoas da tomada de decisão, transformando este processo, inicialmente democrático, em oligárquico. A tentativa de tirar vantagens políticas da Rádio Popular fragmentou o objetivo e desestimulou a participação. Outro aspecto relevante: não foi um projeto pensado e construído com total participação comunitária, houve interferência externa.

A Rádio Popular de São Pedro não conseguiu permanecer enquanto instrumento de mobilização e participação popular, representando a voz do povo, porque não se estabeleceu uma relação de confiança, em que as pessoas se sentissem participantes desse projeto de comunicação.

Um critério fundamental e indispensável para a construção da cidadania através das rádios comunitárias é a participação ativa de todos os atores sociais da comunidade. Junto com a participação, o controle social (através de conselhos comunitários) e a gestão coletiva são o tripé desse processo de fortalecimento da comunidade. Conforme Luis José Alvis (1997), “la participación de la gente, del pueblo, o de la base social históricamente há sido, y es, un principio fundamental de una sociedad democrática”.

É nesse sentido que se deve observar a participação como elemento aglutinador e fundamental para a construção de ambiente social mais democrático. Um alicerce para a construção de uma identidade coletiva, capaz de manter fortes os nós dessa rede de confiança social. ■

Bibliografia

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Debate em Torno do Capital Social: Uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* – ANPOCS – BIB, nº 47. Rio de Janeiro: Relume/Dumará. 1º semestre de 1999.

ALVIS, José Luis Aguirre. Comunicación, ciudadanía y participación. In: *Primer Encuentro de Binacional de Faculdades de Comunicación Social Bolívia-Peru, Cochabamba, 1997.*

BANDEIRA, Pedro. O capital Social e a Atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – Porto Alegre / Tese de doutorado, 2003.

BAQUERO, Marcelo. Alcances e Limites do Capital Social. In: BAQUERO, Marcelo (org). *Reiventando a Sociedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2001.

Capital Social na América Latina. In: BAQUERO, Marcelo (org). *Reiventando a Sociedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2001.

CAVAROZZI, Marcelo. Modelos de Desarrollo y Participación Política en América Latina: legados y paradojas. In: KLIKSBURG, Bernardo e TOMASSINI, Luciano (org.). *Capital Social e cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000

GARCIA, René Jr. O capital Social como Fonte do Desenvolvimento Sustentado. *Revista Brasil Sempre*, ano 2 nº 5 – out/nov/dez 2000.

KLIKSBURG, Bernardo. Seis Tesis no Convencionales sobre Participación. In: KLIKSBURG, Bernardo e TOMASSINI, Luciano (org.). *Capital Social e cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.

LECHNER, Norbert. Desafíos de un Desarrollo Humano: individualización y capital social. In: KLIKSBURG, Bernardo e TOMASSINI, Luciano (org.). *Capital Social e cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.

MARTINHO, Cássio. Redes e Desenvolvimento Local. www.rits.org.br abril/ 2003.

NAVARRO, Zander. Inventando o Futuro das Cidades: pequena história do Orçamento Participativo em Porto Alegre. In: RATTNER, Henrique (org.). *O Brasil no limiar do século: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável*. São Paulo: Edusp, 2000.

PERUZZO, Cíclia. Comunicação nos Movimentos Populares. Petrópolis: Vozes: 1998.

PUTNAM, Robert. Comunidade e Democracia. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RATTNER, Henrique. Os Descaminhos do Desenvolvimento. *Revista Espaço Acadêmico*/ ano 2 nº 21- fevereiro/2003.

SIRIANNI Carmen and LEWIS, Friedland. Social Capital. <http://www.cpn.org/sections/models/social-capital.html>, may 1998.

www.radiofavelafm.com.br

Participação – um ponto de equilíbrio na balança social brasileira Rosana Soares Campos

Resumo

A participação tornou-se um dos questionamentos centrais para se compreender o comportamento dos cidadãos, suas decisões e implicações no ambiente em que vivem. O objetivo deste estudo é mostrar que a participação é uma estratégia imprescindível na abordagem de problemas sociais e determina mudanças e melhorias na vida de muita gente, através da mobilização, reivindicação, sugestão, denúncia. Para testar essa hipótese, foram analisadas duas rádios comunitárias – Rádio Favela/ MG e Rádio Popular de São Pedro/ ES. Como referencial teórico foram utilizados os conceitos de capital social e rede. Verificou-se a partir de um estudo histórico-descritivo e analítico que quanto maior o envolvimento da comunidade em práticas sociais (rádio comunitária) maior sua capacidade de pressão e ação democrática.

Palavras-chave

participação, capital social, rádio comunitária

Resumé

La participation est devenue un des questionnements centraux pour se comprendre le comportement des citoyens, ses décisions et implications dans les ambiances où ils habitent. L'objectif de cette étude est de montrer que la participation est une stratégie indispensable à l'approche de problèmes sociaux et détermine des changements et l'amélioration dans la vie de plusieurs personnes, à travers la mobilisation, la revendication, les suggestions et délation. Pour tester cette hypothèse, on a analysé deux radios communautaires – Radio Favela/ MG et Radio Popular de São Pedro/ ES. Comme referencial théorique ont été utilisés des concepts: capital social et reseaux. On a vérifié d'après une étude historique-descrptive et analytique on plus grand est la participacion de la communauté dans de pratiques sociaux autant plus sera sa capacité de pression et action démocratique.

Mots clés

participation – capital social – radio communautaire